

Edição nº 29 – 02 a 05 de maio

CONGRESSO A TODO VAPOR

Em semana atípica e com greves pelo país, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se debruçaram sobre diversos temas polêmicos.

Reforma trabalhista aprovada na Câmara

Na madrugada da última quinta-feira o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) que trata da Reforma Trabalhista (PL nº 6.787/2016), enviado pelo Presidente Temer. O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo Relator da matéria, Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que recebeu cerca de 700 emendas.

Dentre os principais pontos aprovados na redação final está a desobrigação de recolhimento da contribuição sindical. A contribuição sindical consiste no pagamento compulsório ao sindicato a que o trabalhador está vinculado, equivalente a um dia de trabalho ao ano. Conforme o texto atual, essa contribuição passará a ser facultativa.

Sobre os acordos coletivos, o texto aprovado afirma que os empregados e os empregadores poderão negociar o parcelamento de férias, banco de horas, jornada de trabalho e jornada em escala, não podendo, contudo, negociar o recolhimento do FGTS, 13º salário, benefícios previdenciários e aviso prévio proporcional.

Agora, o texto será encaminhado ao Senado Federal, onde deverá ser apreciado pelo Plenário e a aprovação dependerá quórum simples.

Reforma da Previdência avança na Câmara

Na Comissão da Reforma Previdenciária foi retomada a discussão sobre o relatório apresentado em abril pelo Relator da matéria, Deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). Os principais pontos da reforma tratados pelo Relator foram: (i) para fins de regime geral, a aposentadoria acontecerá aos 65 anos de idade para homens e aos 62 anos de idade para mulheres, passados anos de tempo de contribuição; (ii) o critério para aumento da idade em razão do aumento da expectativa de sobrevida será definido em lei posterior; (iii) para fins de aposentadoria de trabalhador rural, se

homem, ela ocorrerá aos 60 anos de idade, e aos 57 anos de idade, se mulher, passados 15 anos de tempo de contribuição; (iv) nas aposentadorias especiais, os professores se aposentarão aos 60 anos e os policiais aos 55 anos de idade, sem distinção para homens e mulheres. A discussão continua nesta semana e o governo confia que a Comissão aprovará o relatório em breve.

Foro Privilegiado

Na última quarta-feira o Plenário do Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função, o chamado "foro privilegiado", nos casos de crimes comuns. O foro especial é uma prerrogativa do cargo ocupado por um agente público nos casos de julgamento de crimes comuns e, a depender do cargo, de crimes de responsabilidade. Segundo o texto, aprovado por unanimidade, apenas os presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal (STF), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal permanecem com o foro por prerrogativa de função para julgamento nos casos de crimes comuns. A PEC ainda passará por três sessões deliberativas no plenário do Senado antes de ser votada em 2º turno. Se aprovada, segue para a Câmara dos Deputados, e necessitará de 3/5 dos votos da casa, em 2 turnos de votação.

Lei de Abuso de Autoridade

Outro tema analisado no mesmo dia foi a questão do abuso de autoridade. No Plenário do Senado foi aprovado o substitutivo ao PL nº 85/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que define o crime de abuso de autoridade. O relatório aprovado, elaborado pelo Senador Roberto Requião (PMDB-PR), traz mais de 30 condutas que, se praticadas por servidores públicos, podem ser enquadradas como crime de abuso de autoridade, sujeitando os agentes às penas que variam de seis meses a quatro anos de prisão e à obrigação de indenizar a vítima. Em razão da aprovação deste projeto, foi arquivado o PL nº 280/2016 de autoria do Sen. Renan Calheiros (PMDB-AL), que tratava do mesmo tema.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CAPADR APROVA PROJETOS SOBRE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEL RURAL ARREMATADO OU ADJUDICADO E TRIBUTAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei (PL) nº 5.032/2016, de autoria do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que acrescenta dispositivo à Lei de Registros Públicos para dispensar a realização de novo georreferenciamento de imóvel rural arrematado ou adjudicado. A proposição ainda deverá ser submetida à análise da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na mesma ocasião, a CAPADR aprovou o PL nº 5.058/2016, de autoria do Deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que institui o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e altera a Lei nº 9.393/1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), para excluir da área tributável dos imóveis rurais as áreas degradadas em recuperação ou efetivamente recuperadas. A proposição ainda será submetida à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

CDC APROVA PL QUE VEDA CLÁUSULAS DE EXCLUSÃO DE COBERTURA EM CONTRATOS DE SEGUROS DE VEÍCULOS E REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE DEBATES SOBRE COBRANÇA DE FRANQUIA DE BAGAGEM

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei nº 4.388/2016, de autoria do Deputado Wilson Filho (PTB-PB), que veda às companhias seguradoras estabelecerem, nos contratos de seguros de veículos, cláusula de exclusão de cobertura de danos decorrentes de agressão ou de ato de vandalismo isolado ou de protesto coletivo. A proposição ainda

será submetida à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação e da CCJC.

Na mesma ocasião, a CDC também aprovou o Requerimento nº 153/2017, apresentado pelo Deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), que requer a criação de Grupo de Trabalho para estudar e avaliar cobrança da franquia de bagagem de forma separada da passagem aérea.

CDEICS APROVA PL QUE ESTABELECE PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO VALOR DA QUOTA DO SÓCIO DEVEDOR DE SOCIEDADE EM NOME COLETIVO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei nº 7.150/2017, de autoria do Deputado Francisco Floriano (DEM-RJ), que altera o Código Civil para estabelecer parâmetros para a aferição do valor da quota do sócio devedor de credor particular de sociedade em nome coletivo. A proposição ainda será submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PROJETO QUE DISCIPLINA AS CUSTAS JUDICIAIS

Na última quarta-feira, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 5.827/2013, que disciplina integralmente as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau. O projeto propõe a manutenção da sistemática de realizar o recolhimento de metade no ajuizamento e a outra na eventualidade de interposição de recurso. Porém, inova em alguns pontos, como a inclusão da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, quando atuante na defesa de suas prerrogativas institucionais, ente os isentos de pagamento das custas. Agora, o PL seguirá à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para deliberação.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

02/05/2017 às 14h

Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

Autor: Sen. Alvaro Dias (PV-PR) e outros

Relator: Sen. Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Relatório: Aprovado em 1º turno, aguardando deliberação em 2º turno.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
02/05/2017, às 10h

Projeto de Lei nº 632/2015, que altera a Lei nº 11.638/2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas.
Autor: Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Relator: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

Projeto de Lei nº 535/2015, que altera algumas leis tributárias para elevar a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado.

Autor: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Relator: Sen. Cristovam Buarque (PPS-DF)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)
03/05/2017, às 8h30

Projeto de Lei nº 348/2014, que exclui da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro.
Autor: Sen. Vital do Rêgo (PMDB-PB)
Relator: Sen. Humberto Costa (PT-PE)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
03/05/2017, às 10h

Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2013, que dispõe sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos.
Autores: Sen. Aloysio Nunes (PSDB-SP) e outros
Relator: Sen. Romero Jucá (PMDB-PR)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
02/05/2017, às 13h55, 03/05/2017, às 14h e 04/05/2017, às 9h

Projeto de Lei de Conversão nº 3/2017, decorrente da Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências.
Autor: Poder Executivo
Relator: Dep. Sergio Souza (PMDB-PR)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

Projeto de Lei Complementar nº 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
Autor: Poder Executivo
Relator: Dep. Pedro Paulo (PMDB-RJ)
Relatório: ainda não apresentado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)
03/05/2017, às 9h

Audiência Pública para debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição

para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

04/05/2017, às 10h

Projeto de Lei nº 4.719/2016, que altera a lei nº 10.637/2002 para propor a equiparação entre produtores rurais e industriais, com o objetivo de suspender a incidência do Imposto sobre Produtos Importados (IPI) sobre as operações de embalagem e acondicionamento dos produtos agrícolas.
Autor: Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)
Relator: Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)
03/05/2017, às 10h

Projeto de Lei nº 5.896/2016, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel, liberando do contrato de fidelização o consumidor no caso de má prestação de serviço por parte da empresa concessionária.
Autor: Dep. Cabo Sabino (PR-CE)
Relator: Dep. Vitor Valim (PMDB-CE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
02/05/2017, ÀS 14H30

FIQUE DE OLHO

Proposta de Emenda à Constituição nº 160/2015, que limita as taxas de juros praticadas por instituições financeiras em suas operações de crédito a três vezes a taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central.

Autora: Dep. Zenaide Maia (PR-RN)
Relatora: Dep. Gorete Pereira (PR-CE)
Relatório: pela admissibilidade.

Proposta de Emenda à Constituição nº 122/2015, do Senado Federal, que acrescenta dispositivos à Constituição Federal para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como para proibir a criação ou o aumento de despesa que não conste da lei orçamentária anual ou do projeto de lei orçamentária anual enviado pelo chefe do Poder Executivo, nos termos que especifica.

Autora: Sen. Ana Amélia (PP-RS)
Relator: Dep. Covatti Filho (PP-RS)
Relatório: pela admissibilidade.

Proposta de Emenda à Constituição nº 306/2017, que altera a Constituição Federal para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de Ministro das Relações Exteriores.

Autor: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)
Relatora: Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ).
Relatório: pela admissibilidade.

Projeto de Lei nº 2.813/2000, do Senado Federal, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Autor: CPI do Sistema Financeiro 1986
Relator: Dep. Arthur Lira (PP-AL)
Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 4.754/2016, que tipifica como crime de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Autores: Dep. Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) e outros
Relator: Dep. Marcos Rogério (DEM-RO)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

Projeto de Lei nº 4.917/2009, que altera o Código Civil para possibilitar expressamente que as sociedades estrangeiras sejam sócias, acionistas ou cotistas de sociedade brasileira.

Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)
Relator: Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Requerimento nº 149/2017, para realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1142/2007, que tipifica o crime de corrupção das pessoas jurídicas em face da Administração Pública, especialmente quanto aos acordos de leniência, seus procedimentos, objetivos, resultados, impactos e eficácia, casos concretos e a efetividade da prevenção da corrupção.

Autor: Dep. Hugo Leal (PSB-RJ).

03/05/2017, ÀS 9H30

Proposta de Emenda à Constituição nº 282/2016, do Senado Federal, que trata da reforma política, alterando a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos, estabelecendo, ainda, normas de transição.

Autor: Senado Federal
Relator: Dep. Betinho Gomes (PSDB-PE)
Relatório: pela admissibilidade.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
03/05/2017, ÀS 9H30

Projeto de Lei nº 2.987/2015, do Senado Federal, que altera a Lei nº 9.074/1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica, tornando de livre escolha de consumidores específicos o fornecedor com quem contratará sua compra de energia elétrica, nos termos que especifica.

Autor: Sen. Delcídio do Amaral (PT-MS)
Relator: Dep. César Halum (PRB-TO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 6.516/2016, que obriga os fornecedores que mantenham programas de relacionamento a informar os consumidores sobre o vencimento de seus pontos.

Autor: Dep. Augusto Coutinho (SD-PE)
Relator: Dep. Júlio Delgado (PSB-MG)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
03/05/2017, às 9H30

Audiência Pública para debater a possibilidade de autorização legal para que grupos estrangeiros detenham até 100% do capital de empresas aéreas brasileiras.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
26/04/2017, às 10H

Projeto de Lei Complementar nº 559/2010, que trata da criação de contribuição social sobre as remessas de dinheiro de pessoas físicas residentes no exterior para pessoas físicas ou jurídicas residentes, ou com sede e/ou filial no Brasil, a fim de prover recursos para atendimento de brasileiros em situações emergenciais no exterior.

Autor: Dep. Manoel Junior (PMDB-PB)

Relator: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)

Relatório: pela rejeição.

Projeto de Lei Complementar nº 103/2011, que institui o Estatuto da Microempresa Rural e da Empresa Rural de Pequeno Porte, criando normas gerais no tocante à constituição jurídica das sociedades, a apuração e recolhimento de impostos, entre outros.

Autor: Dep. João Rodrigues (PSD-SC)

Relator: Dep. Simone Morgado (PMDB-PA)

Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)
04/05/2017, às 9H30

Audiência Pública sobre o licenciamento ambiental da usina termelétrica e a construção de terminal offshore para recebimento de gás natural no município de Peruíbe/SP.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
03/05/2017, às 14H

Projeto de Lei nº 7679/2010, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir aos magistrados a imposição de multa, que poderá chegar a 10% do valor da causa, no caso de interposição de qualquer recurso declarado manifestamente protelatório. Tal regramento não se aplicará às micro e pequenas empresas.

Autor: Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

Relator: Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TURISMO (CTUR)
03/05/2017, às 14H

Audiência pública para debater os programas e projetos da pasta do Turismo para o ano de 2017. O evento contará com o Ministro do Turismo, Marx Beltrão.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA
02/05/2017, às 14H30

Reunião para discussão e votação do Relatório Parcial apresentado pelo Relator, Deputado Vicente Candido (PT-SP).

